



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680450 - MG (2021/0220778-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCUS FELIPE DE SOUZA CASTRO
ADVOGADO : MARCUS FELIPE DE SOUZA CASTRO - MG170981
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JESUS NATANAEL DE MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESUS NATANAEL DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0145.19.015618-5/001).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos e 6 meses de reclusão em regime inicialmente fechado e de 550 dias-multas, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, da Lei n. 11.343/06, e 2 meses de detenção em regime semiaberto, pelo cometimento do crime tipificado no art. 329, *caput*, do Código Penal.

O impetrante sustenta que "a decisão pelo regime fechado se fundamenta, unicamente, na reincidência do réu. O que não merece prosperar, haja vista que, quando se faz uma análise conjuntural, conclui-se que as circunstâncias judiciais são mais favoráveis que desfavoráveis ao réu, o que autoriza a fixação do regime inicial semiaberto." (fl. 9)

Alega, ainda, que "não se há falar que a detração do período de prisão provisória prevista pelo art. 387, § 2º, CPP não incorreria em alteração do regime inicial de cumprimento de pena. Isso porquanto a) a reincidência, por si só, não torna automática a fixação de regime inicial fechado; b) as circunstâncias judiciais são favoráveis ao réu e; c) o tempo remanescente de pena é inferior a 04 anos, de forma que deve ser reconhecida a possibilidade de o sentenciado iniciar o cumprimento da pena em regime inicial semiaberto." (fl. 11)

Requer "a concessão da Ordem de Habeas Corpus, em caráter liminar, para revogar a prisão do paciente, expedindo-se, para tanto, o competente alvará de soltura." (fl. 12)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente